

AS INTERAÇÕES ENTRE A LEITURA, O ORAL E A ESCRITA.

Antônio Ponciano Bezerra

Doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo

Pós Doutorado pela Universidade de Lisboa

Professor Titular da Universidade Federal de Sergipe

E-mail: ponbez@bol.com.br

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir as interações possíveis entre leitura, oralidade e escrita e sua aquisição formal como pilares do processo de formação do leitor, a partir do ingresso dos indivíduos no contexto institucional da escola, ao nível, sobretudo, da alfabetização. Nesse sentido, a reflexão posta, aqui, diz respeito a cada uma das três atividades escolares, realçando as suas especificidades e o papel que ocupam nos momentos iniciais da educação básica.

Palavras-chave: linguagem, educação, leitura, oralidade, escrita.

THE INTERACTIONS BETWEEN READING, ORALITY AND WRITING.

Antônio Ponciano Bezerra

Doutor em Linguística pela Universidade de São Paulo

Pós Doutorado pela Universidade de Lisboa

Professor Titular da Universidade Federal de Sergipe

E-mail: ponbez@bol.com.br

Abstract

The aim of this article is to discuss the possible interactions between reading, orality and writing and its formal acquisition as pillars of the reader's formation process, from school admission of the individuals in the educational institutional context of the school, principally, of literacy. In this reflection concerns, in this context, each of these three school activities, highlighting their specificities and the role occupy in the initial moments of basic education.

Key-words: language, education, reading, orality, writing.

Fala-se, confortavelmente, de química, de física, de matemática, de medicina, de geografia, de história, sem susto, sem espanto. No entanto, quando se fala de leitura, de escrita ou de ambas, a situação torna-se incômoda. O clima é de sobressalto e apreensão. Os atos de ler e escrever sempre nos assustam pelo fato de carregarem um desafio.

A dicotomia mais comum é: oral/escrito. O par leitura/escrita não me convence como uma dicotomia, uma vez que passa por uma transversalidade curiosa. A leitura pode acontecer oralizada (prática que a escola tradicional ‘imortalizou’). Os gestos de leitura serviam para um diagnóstico feito pelo professor que levava ao conhecimento do domínio da leitura pelos alunos. Aqui também se media, por obediência à norma padrão, a prolação/emissão correta de vogais e consoantes (ortoepia ou ortoépia) ou a correta acentuação das palavras (prosódia), gerada pela dúvida se oxítonas, paroxítonas ou proparoxítonas. O clássico ‘ditado’ escolar servia para medir o registro escrito do aluno. A leitura silenciosa também se fez de recurso, ou em classe ou em deveres de casa.

Entre os variados conceitos de leitura, de oralidade e de escrita, selecionei o seguinte: *a)* leitura: pode ser definida como a transformação de uma representação visual, de sua sequência de letras, em uma representação de sua pronúncia e/ou de sua significação eventual; *b)* oralidade (o oral): refere-se à produção humana de sons (som/sentido) articulados, uma cadeia sonora linear e discreta, produto do funcionamento dos órgãos da fonação; *c)* escrita: pode ser definida como uma ato de comunicação, uma linguagem codificada graficamente por meio de signos que correspondem aos elementos sonoros ou sons da língua.

Para considerar as relações entre leitura e escrita, duas opções, no mínimo, apresentam-se ou se impõem, cada uma delas com a sua lógica e especificidade, portanto não se restringem às mesmas constantes nem às mesmas proporções. Essas duas práticas postulam uma intensa articulação em suas realizações. Ambas se afiguram como instâncias de apropriação de saberes.

No contexto do ensino, o professor pode usar a estratégia que parte da escrita para se conduzir à leitura, ou ainda proceder da leitura para a escrita. Ultimamente, sobretudo porque se reclama, em demasia, o insucesso escolar, nessas duas atividades, as

modalidades atuais de escrita e a ausência de leitura que apresentam os nossos alunos, na educação básica e no nível superior, deixam apavorados os professores que esperam dessa juventude um desempenho tradicional, nessas duas atividades escolares.

Na verdade, existe uma rejeição, a priori, do que se escreve e uma intolerância real do que se lê, nas instituições de ensino. Tenho muita dúvida sobre essas ‘verdades’ tradicionais ou sobre esses ‘mitos’ de excelências, acontecidos em décadas atrás. Essas ‘verdades’ e esses ‘mitos’ nos assediam e nos contaminam, em nossa prática docente. Pertencço a uma geração em que se bradava, no país, tratar-se de uma ‘geração sem palavras’. Até hoje, não sei quanto de acerto alcançaram esses gritos: da imprensa à escola.

Em si, ler e escrever não são saberes, no sentido mais tradicional de conhecimento, mas habilidades ou práticas sociais que precisamos de uma aprendizagem (trata-se de um aprendizado institucional) para viver numa sociedade complexa como a nossa. Essas situações têm pontos em comum, mas não são, de modo algum, dependentes uma da outra. Elas correspondem a dois polos de uma comunicação que implicam, de algum modo a distância: fica-se em posição de receptor da comunicação, quando se lê, fica-se numa posição de emissor quando se escreve. Portanto, os problemas em jogo estão longe de ser os mesmos.

Pode-se dizer que essas duas funções da comunicação – receber e emitir – são postas em relação, sobretudo, pelo enriquecimento mútuo, mas nunca por estarem sistematicamente associadas, como é comum e até abusivamente colocado em sala de aula, onde toda ‘lição de leitura’ culmina com um trabalho escrito, geralmente em forma de exercícios insípidos, como pretexto para uma pretensa aprendizagem da comunicação.

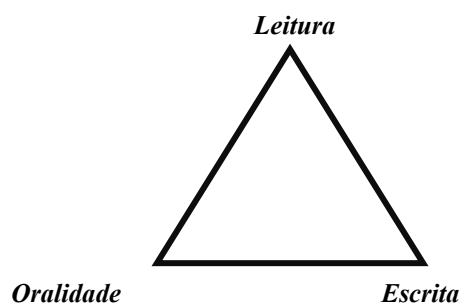
No momento, lembraria que o verbo ‘escrever’ tem o inconveniente de remeter a dois tipos de ‘saber-fazer’ (savoir-faire, dos franceses) completamente diferentes, requerendo competências bem diferentes: o fato de saber produzir um texto e o de saber grafá-lo. Esses dois ‘saberes’ estão ou são amalgamados, no entanto, o primeiro (saber produzir um texto) é ignorado. O que é ou como é mesmo produzir um texto? Na maioria das instruções oficiais, convidam-se os alunos para ensiná-los o ‘ato gráfico’, ou melhor

‘ortográfico’, em que a razão ou o radical ‘orto’ exige o conhecimento da norma linguística padrão da língua em uso escrito.

Os professores solicitam aos alunos, hierarquicamente, pequenas frases, parágrafos, até chegarem às redações ou composições atuais postas pelo ENEM – como se as competências de produção da escrita brotasse, apenas, da matriz do ato gráfico. Esquecem ou desconhecem que as competências requeridas estão longe de ser comuns: grafar requer competências motoras e perceptivo-motoras, enquanto que produzir um escrito é da ordem de competências linguísticas, psicolinguísticas e sociolinguísticas.

Como também para a leitura, mas diferente dela, a situação de produção escrita é definida por condições materiais, sociais e por um projeto: escreve-se: *a)* para alguém; *b)* com um projeto de ação a respeito de um conjunto de condições dadas, ao mesmo tempo materiais e sociais, colocando-se em jogo instrumentos variados, os ditos instrumentos ‘escriturais’: o lápis, a caneta, o giz, o pincel e outros, o teclado das novas tecnologias e ainda pondo em jogo um funcionamento da língua muito diferente do que ela – a língua – funciona no oral, na leitura.

A leitura do texto escrito é sempre um ato de reenunciação que pode manifestar-se oralmente ou por escrito. O mecanismo que permite a enunciação oral não pode, apenas, confinar-se à produção da oralidade, mas também se estende à possibilidade de produção da escrita. A interpretação da oralidade (instância do auditivo) e a interpretação do escrito (instância do visual) exigem uma ‘leitura’, portanto, há diferenças, mas os mecanismos não devem ser, assim, tão distintos ou desarticulados. Neste sentido, uma observação deve ser feita: o oral ou a oralidade tem uma história de espontaneidade, enquanto que a leitura e a escrita possuem uma história de intervenção do poder. A tricotomia: leitura, oralidade e escrita pode ser visualizada em um triângulo:



O indivíduo (falante) faz uma leitura da fala do outro (ou do mundo). A leitura do texto escrito se faz visualmente, embora haja outros recursos. A leitura do oral se faz pela audição que se pode acompanhar pelos olhos (visual). No fundo, há um diálogo que se trava entre essas três realidades. *Barthes e Marty (1987)* defendem a ideia de que: “...as relações oral/escrito significam (consideram) a forma como a escrita ‘pensa’ a sua língua, a articula, a estrutura e a produz”.

A ligação oral/escrito se dá através da alfabetização, e continuam os autores: “(...) podemos deduzir a relação estrutural que une o escrito e o oral: a escrita” não é mais vista como “...uma simples transcrição mas uma produção da língua; a escrita deve ser considerada, antes de mais nada, como modo de produção da língua, cujos meios conheceram varáveis notáveis”.

No que diz respeito à leitura, a relação desta com a escrita tem o seguinte percurso: “o emissor faz do seu destinatário ou do receptor o enunciatário do que ele escreveu, porque, ao ler, o receptor ‘repete’ em si, como que por sua conta, aquilo que diz o escritor”. No caso da escuta (da fala, do oral), só as orelhas se abrem, e se, ao contrário dos olhos, não se podem fechar, existe pelo menos o fenômeno de repetição que implica um mínimo de identificação com o emissor, ainda que apenas através da vontade de compreensão do texto.

Esta é, pois, uma situação muito complexa, sobretudo por requerer, em cada etapa de sua realização (isto é, a produção textual escrita), objeto e variações como o desenvolvimento das técnicas de comunicação. Não apenas os destinatários e os projetos variam, mas condições materiais da comunicação igualmente variam: mensagens eletrônicas, uso dos correios e internet, emails, sms e outras formas rápidas oportunizadas pelas TIC. Em cada uma dessas variadas produções textuais, se requer um funcionamento da linguagem, diferindo na sintaxe, na escolha das palavras e até na ortografia (a ortografia dos sms não é uma decadência da ortografia oficial – imaginar isto é absolutamente ridículo. Trata-se de uma outra ortografia, específica desse tipo de mensagens escritas. Exige-se que se considere a variação fruto da complexidade atual das situações da escrita.

Quanto à leitura, trata-se também de uma situação complexa. A leitura se utiliza também de objetos que requerem aprendizagem para a sua manipulação. Esses objetos não são os mesmos que os objetos da escrita: são objetos da leitura, do ato de ler: jornais, revistas, manuais escolares, romances, catálogos, brochuras diversas. Esses objetos (cada um deles) requerem modos diferentes de uso da língua/linguagem que é preciso aprender a dominá-los.

O único e verdadeiro ponto comum dessas duas situações: a escrita e a leitura – reside no aspecto linguajero: ambas exigem o domínio de um funcionamento da língua específico para a comunicação à distância e muito afastado do funcionamento do oral (não se escreve como se fala).

Comunicar por escrito implica que se leve em conta o futuro leitor, porque se escreve não para dizer, apenas, mas para agir sobre aquele que vai ler, “não se escreve o que se quer, escreve-se o que se quer que o leitor compreenda”.

Muitas vezes, ouvimos dizer que ‘ler’ é uma atividade fatigante que não agrada a todos. Recomenda-se que se escreva ‘curto’, evite-se a prolixidade, no entanto, necessita-se de informações que demandam textos longos para a leitura. O leitor requer que se diga muito em poucas palavras. Escrever é passar do ‘sonoro’ (do auditivo) para o visual. Colocar a sua mensagem sobre o espaço físico/suporte, onde o leitor vai ver e não ouvir ou escutar. É outra maneira de apreender o que se diz. Não se põe, aqui, a questão do convencimento do texto, mas, na escrita, põe-se a questão de legibilidade. O que é nitidamente diferente. É a leitura e o trabalho de observação dos textos que permitem essas descobertas e essas aprendizagens.

Parece que, nesse caminho, aqui ensaiado, vê-se melhor o tipo de relação entre o oral, a leitura e a escrita: uma relação ‘dialética’, em que cada um desses atos ou situações enriquece o outro, sem nenhuma dependência – um do outro. Nada tem a ver com a colagem ridícula que se crê, com frequência, como é também inútil apelar para a prioridade de um ato sobre o outro.

Estamos no caminho de uma construção (contribuições) para uma pedagogia da produção e da recepção dos textos, ausente, na atualidade, nas instituições oficiais de

ensino ou em outras, centradas, apenas, na pobreza da redação escolar, atividade fora das situações/contextos, artificial e sem interesse algum.

Em um debate sobre o funcionamento dos textos na escola, forçosamente, implica pôr em jogo o texto lido e seu produto ou efeito, a oralidade e a escrita, concluindo com a possível interação entre a leitura, o oral (oralidade) e a escrita.

BIBLIOGRAFIA:

BARTHES, Roland. MARTY Eric. **Oral/escrito. In, Enciclopédia Einaudi. Volume 11.** Lisboa. Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 1987 (pp.32/46).

CHANTAL, Honollou-Lafarge, SEGRÉ, Monique. **Sociologia da leitura.** São Paulo. Ateliê Editorial. 2010.

COULMAS, Florian. **Escrita e sociedade.** São Paulo. Parábola. 2014.

DORTIER, Jean-François (coord.) **Le langage: introduction aux sciences du langage.** Paris. Éditions Sciences Humaines. 2010.

DORTIER, Jean François, JOURNET, N. (coord.) **Les clés du langage: Nature, Origine, Apprentissage.** Paris. Éditions Sciences Humaines. 2015.

FADUL, Suely Villibon Flory. **O leitor e o labirinto.** São Paulo. Ed. Arte e Ciência. 1997.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: três artigos que se completam.** São Paulo. Cortez Editora. 1982.

MARTINEZ, Pierre. **La didactique des langues étrangères.** Paris. PUF. 1996.

POMPOUGNAC, Emmanuel Fraisse, POULAIN, Jean-Claude Martine. **Representações e imagens da leitura.** São Paulo. Ed. Ática. 1997.

VIGNER, Gérard. **Lire: Du texte au sens – éléments pour un apprentissage et un enseignement de la lecture.** Paris. CLE International. 1979.

VOGUÉ, Sarah, FRANCKEL, Jean-Jacques, PAILLARD, Denis. **Linguagem e enunciação – representação, referenciação e regulação.** São Paulo. Ed. Contexto. 2011.

Recebido em 06 de maio de 2018

Aprovado em 20 de junho de 2018